

RELATÓRIO E CONTAS

2006

GARVAL – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.

PRACETA JOÃO CAETANO BRÁS N° 10 1° A.B.C. • 2005 – 517 SANTARÉM • TEL 243 356 370 • FAX 243 356 379

GARVAL@GARVAL.PT • WWW.GARVAL.PT

CAPITAL SOCIAL € 6 000 000 • NIPC 506 209 199 • CRC SANTARÉM 4 406

RELATÓRIO E CONTAS DE 2006

I.	Órgãos Sociais.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração.....	5
	Introdução	5
	Enquadramento macroeconómico	8
	Actividade.....	16
	Enquadramento.....	16
	Actividade Desenvolvida	16
	Análise Económica e Financeira.....	20
	Perspectivas Futuras	24
	Agradecimentos	25
	Proposta de Aplicação de Resultados.....	26
III.	Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro.....	27
	Balanço em 31 de dezembro.....	28
	Demonstração de Resultados	31
	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	34
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	47
I.	Certificação Legal de Contas	49

I. ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente Instituto de Turismo de Portugal – ITP, representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros

Vice-Presidente NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes

Secretário NERPOR – Associação Empresarial da Região de Portalegre, A.E., representada por Jorge Firmino Rebocho Pais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente José António Ferreira de Barros

Vogais Luís Filipe Soares dos Santos
José Fernando Ramos de Figueiredo
João Artur Ferreira da Costa Rosa
Renato Fernando Ribeiro da Silva
Anabela Pereira Dolores Frazão
Isabel Maria Lopes Vieira Neto
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
António de Sousa Portugal

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	José António Ferreira de Barros
Membros	Renato Fernando Ribeiro da Silva
	João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Anabela Pereira Dolores Frazão
	Isabel Maria Lopes Vieira Neto

FISCAL ÚNICO

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2006 o seu quarto ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País.

A Garval acentuou a trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, o que foi verificável no aumento do volume de garantias concedidas, no crédito apoiado junto do sistema Financeiro, no número de garantias emitidas e no número de novos mutualistas.

O ano de 2006 foi também marcado pelo registo dos primeiros sinistros da sociedade, mais de três anos e meio após o início de actividade. Ainda que seja uma variável incontornável do negócio desenvolvido, a sinistralidade registada foi particularmente severa para com as contas de exploração da Garval, quer pelo seu volume quer pela sua cronologia. Na realidade, os sinistros ocorridos verificaram-se fundamentalmente no último trimestre do ano o que, sendo política da Sociedade provisionar integralmente o montante de garantias executadas, provocou um acréscimo não esperado nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e Provisões Económicas. Ainda que se apresentem integralmente relevados como perdas totais os sinistros registados e ainda não recuperados, a Sociedade prossegue o desenvolvimento de esforços tendentes à maximização da recuperação do montante das execuções de garantias registadas através dos meios legais ao seu alcance.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de

operações financeiras em condições adequadas às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium bcp, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Santander Totta e Banco Barclays) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento. Para além dos protocolos genéricos, foram também celebradas Linhas Garantidas com os Bancos Millennium bcp, BES e BPI prevendo condições preferenciais de financiamento através de Garantia Mútua, nomeadamente ao nível do *pricing* e do prazo de resposta das operações.

Em 2006, no âmbito do INOFIN – Programa Quadro de Inovação Financeira para o mercado das PME em Portugal, foi também lançado pelo IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento o Programa FINICIA. Este Programa tem como objectivo facilitar o acesso ao financiamento pelas empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro. Através do estabelecimento de parcerias público-privadas, o Programa promove o alargamento da base de acesso a capital e ao crédito, proporcionando às empresas recursos essenciais ao desenvolvimento da actividade nas fases iniciais do seu ciclo de vida. Encontra-se dividido em três eixos:

- EIXO I – Projectos de Forte Conteúdo de Inovação, destinado a apoiar projectos empresariais com elevado conteúdo de Inovação, aos quais seja atribuído o Estatuto IAPMEI Inovação;
- EIXO II – Negócios Emergentes de Pequena Escala, visando assegurar o financiamento de pequenos projectos de investimento, através de estruturas adequadas de financiamento por capital próprio e/ou por capital alheio;
- EIXO III – Iniciativas Empresariais de Interesse Regional, projectado a proporcionar mecanismos de financiamento que respondam às necessidades de investimento de um segmento de empresas já existentes, de dimensão reduzida (Micro e Pequenas Empresas) e com actividade essencialmente de âmbito local

Por outro lado, também foi reforçada a capacidade interna da Garval na captação directa de negócio junto das PME. Procurou realizar-se um crescimento sustentado dos Recursos Humanos da Sociedade, com reforço na área operacional da Sociedade, nomeadamente nas agências de Santarém e Leiria.

O produto *Garantia Mútua* continua o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Ao nível do Sistema de Garantia Mútua nacional, em 2006 foi formalmente constituída a Agrogarante, sociedade que terá como missão o apoio às PME dentro do quadro de intervenção do Programa AGRO, cobrindo um impedimento das SGM existentes, que derivava da utilização de fundos provenientes de um outro Programa Operacional (POE). Esta sociedade iniciou a sua actividade em Janeiro de 2007.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Mais do que um abrandamento notável, a economia mundial está, sem dúvida, a atravessar uma fase de reequilíbrio de crescimento entre as diferentes zonas económicas. De facto, as recentes evoluções sugerem uma redução das divergências de conjunturas, constatável no registo de um abrandamento nos Estados Unidos e no Japão e de uma retoma na Europa, embora, que num lado quer noutro, a ritmos relativamente erráticos.

	Quadro 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)					Quadro 2 – Taxa de Desemprego (%)					Quadro 3 – Taxa de Inflação (%)				
	2004	2005	2006 ^p	2007 ^p	2008 ^p	2004	2005	2006 ^p	2007 ^p	2008 ^p	2004	2005	2006 ^p	2007 ^p	2008 ^p
Área Euro	1,7	1,5	2,6	2,2	2,3	8,9	8,6	7,9	7,4	7,1	1,9	1,9	1,8	2,0	2,0
Japão	2,3	2,7	2,8	2,0	2,0	4,7	4,4	4,2	3,9	3,6	-1,2	-1,4	-1,0	0,2	0,6
Estados Unidos	3,9	3,2	3,3	2,4	2,7	5,5	5,1	4,6	4,8	5,1	2,8	3,0	2,9	2,6	2,6
OCDE	3,2	2,7	3,2	2,5	2,7	6,7	6,5	6,0	5,8	5,7	2,4	2,1	2,2	2,2	2,1
Portugal	1,2	0,4	1,3	1,5	1,7	6,7	7,7	7,5	7,4	7,0	2,8	2,7	2,0	1,8	1,8

Fonte: OCDE

Até agora, as economias da OCDE beneficiaram de um longo período de crescimento sustentado e de uma fraca inflação mesmo enfrentando um aumento dos preços do petróleo e das matérias-primas. Esta tendência, muito favorável, foi apoiada por uma moderação prolongada do aumento dos salários, fonte de estabilidade dos preços, de reforço de proveitos e de criação de emprego no conjunto da região OCDE.

✓ Estados Unidos da América

De acordo com o último relatório de conjuntura económica da Reserva Federal, a actividade económica aumentou a um ritmo modesto em Dezembro e início de Janeiro. De facto, crescimento da produção abrandou depois de ter apresentado taxas elevadas anteriormente. A análise dos dados sectoriais mais recentes evidencia, por sua vez, um abrandamento ligeiro da

actividade nos serviços e indústria, mantendo-se a evolução desfavorável na construção. Esta última apresentou uma taxa de decréscimo elevada, embora aparentando um carácter temporário, pelo que o crescimento do PIB deverá, em breve, retomar a um ritmo vigoroso.

A inflação tendeu a aumentar, em parte, devido à repercussão do aumento do preço dos bens energéticos sobre os preços dos outros produtos e serviços. Excluindo as componentes de energia e alimentação, prevê-se que o crescimento do índice de preços no consumidor virá a reduzir-se em 2007, situando-se em 2,6%. Consequência deste relativamente elevado nível da taxa de inflação, a política monetária actual tem vindo a ser ligeiramente restritiva. Reduções das taxas de juro serão uma hipótese assim que a inflação venha a desenhar uma tendência de decréscimo.

O défice orçamental da administração federal tem vindo a diminuir, prevendo-se que venha a manter-se na volta dos 2% do PIB em 2007. De acordo com o Departamento do Comércio, o défice da Balança Corrente norte-americana continuou a aumentar no terceiro trimestre de 2006, em resultado da obtenção de um saldo mais negativo nas balanças de bens e serviços e de rendimentos.

A taxa de desemprego nos Estados Unidos manteve-se em 4,5% no mês de Dezembro, tendo registado um valor médio de 4,6% em 2006, o mais baixo desde 2000. Os inquéritos efectuados às empresas demonstram uma redução do número de postos de trabalho na indústria e na construção, continuando o sector dos serviços a apresentar um crescimento do volume do emprego.

Perante este cenário de final do ano de 2006, será importante referir que os últimos indicadores avançados para a economia norte-americana apontam, em termos gerais, para um andamento mais favorável da actividade económica em 2007.

✓ Japão

A retoma económica actual, a mais longa desde o pós-guerra no Japão, transformou-se numa fase

de expansão autónoma induzida pela procura interna privada, que tenderá a persistir e a aproximar-se de 2% em 2007 e 2008, graças ao investimento dinâmico das empresas (alimentadas por níveis de lucros recordes) e ao consumo privado.

A taxa de inflação homóloga do Japão reduziu-se em Novembro, pelo segundo mês consecutivo, consequência do menor ritmo de progressão dos preços das componentes alimentar e energética. Para 2007, prevê-se que a inflação venha a apresentar um ligeiro aumento.

Não se prevê que o Banco do Japão venha a aumentar as taxas directoras a curto prazo, sobretudo antes que a inflação se torne claramente positiva e que o risco de deflação seja percebido como longínquo.

Entidades reputadamente conhecedoras da economia nipónica, e independentes, mencionam a necessidade, cada vez mais latente, de ser promovida uma reforma estrutural ampla na economia deste país, incluindo uma reforma dos principais regulamentos dos diversos sectores, que têm vindo a sustentar o crescimento económico num contexto de rápido envelhecimento da população.

Em Novembro observou-se uma descida da taxa de desemprego nipónica para 4%, igualando o mínimo de vários anos atingindo em Maio, prevendo-se que a mesma continue a baixar ao longo dos próximos anos. A informação mais recente aponta para um abrandamento menos favorável da actividade económica no início de 2007. O índice de confiança dos consumidores recuou para um mínimo de mais de um ano em Dezembro, sugerindo que o comportamento do consumo privado se poderá deteriorar.

✓ **Zona Euro**

Na Europa, nem a valorização da moeda, nem o esperado aumento da carga fiscal (sobretudo o imposto sobre o valor acrescentado) na Alemanha a partir de Janeiro têm abalado a confiança dos investidores, num período em que o presidente do Banco Central Europeu prepara o mercado

para uma nova subida das taxas de juro em 2007.

Após vários falsos alarmes, a retoma económica parece ter-se instalado finalmente. No primeiro semestre de 2006, a actividade evoluiu a um ritmo positivo sem precedentes desde há vários anos. As exportações e o investimento foram os principais motores, mas também o sector das famílias tem vindo a estimular a despesa. O consumo privado deverá alimentar a prazo a retoma, ocupando o investimento das empresas e a construção civil um papel mais apagado face ao que aconteceu ao longo dos últimos meses. O PIB deverá aumentar a uma taxa estimada de 2,2% - 2,3% em 2007 e 2008.

A expectativa de se vir a testemunhar a solidificação do actual processo de retoma económica na zona euro deverá levar ao abandono ou redução de medidas de estímulo da actividade económica baseadas na política monetária, nomeadamente será previsível a ocorrência do aumento das taxas de juro já em 2008. A obtenção de melhores indicadores orçamentais é imprescindível, em particular nos países que registam ainda défices elevados, mas outras medidas se impõem para avançar para uma situação orçamental sustentável. Reformas adicionais destinadas a reforçar o mercado único melhorariam a performance económica da zona euro assim como a resistência desta zona a possíveis choques.

As projecções sobre a taxa de inflação esperada para os próximos anos têm vindo a ser revistas em baixa por diversas organizações internacionais, traduzindo, essencialmente, a hipótese de uma baixa nos preços dos bens energéticos.

De acordo com dados do Eurostat, com os devidos ajustes de sazonalidade, a taxa de desemprego da zona Euro recuou 0,1 p. p. para 7,6% em Novembro, valor mínimo registado desde Janeiro de 2001.

Os últimos resultados de Dezembro fornecidos pelos inquéritos aos consumidores e às empresas, e compilados pela Comissão Europeia, indicam uma ligeira deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos da zona Euro. Ainda assim, esse mesmo indicador manteve-se bastante

próximo dos níveis máximos registados ao longo dos últimos seis anos.

✓ **Portugal**

Quadro 4 – Indicadores sobre a economia portuguesa

	2004	2005	2006 ^P	2007 ^P	2008 ^P
Taxas de Crescimento					
PIB	1,2	0,4	1,2	1,5	1,7
Consumo Privado	2,4	2,0	1,1	1,3	1,4
Consumo Público	2,5	1,8	0,0	0,0	-0,3
Investimento	0,9	-3,0	-2,6	0,4	2,2
Exportações	4,5	0,9	7,9	5,4	5,5
Importações	6,8	1,8	2,9	3,0	3,6
Contributo para o Crescimento do PIB					
Procura Interna	2,2	1,0	0,2	1,0	1,3
Investimento	0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,0
Procura Externa Líquida	-1,1	-0,4	1,2	0,5	0,3
Taxa de Desemprego (%)	6,7	7,6	7,6	7,7	7,7
Taxa de Poupança (% do PIB)					
Taxa de Inflação (%)	2,5	2,1	2,9	2,2	2,1
Como percentagem do PIB					
Balança Comercial	-9,6	-10,4	-10,0	-9,5	-9,1
Balança de Transacções Correntes	-7,8	-9,5	-9,0	-8,7	-8,3
Balança de Pagamentos	-5,8	-7,9	-7,4	-7,3	-7,0
Défice Público (% do PIB)	-4,8	-5,1	-3,7	-3,2	-3,4

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2006*, Novembro 2006

A intensificação do processo de expansão económica na Europa relançou as exportações e o crescimento do PIB em Portugal no ano 2006. As perspectivas de evolução da economia

portuguesa no período 2007-2008 apontam para uma aceleração gradual da actividade económica, num contexto de correcção de alguns desequilíbrios internos a nível macroeconómico e de crescimento moderado dos preços no consumidor. O crescimento do PIB no período em análise implica, no entanto, a manutenção do processo de divergência real da economia portuguesa face à zona Euro, embora se preveja que o crescimento da economia portuguesa se aproxime do crescimento médio nessa área mais para o fim do período.

O crescimento da economia portuguesa em 2006 foi marcado pelo reduzido contributo da procura interna, reflectindo a forte queda do investimento e do consumo privado. Em contrapartida, o contributo das exportações terá registado valores de crescimento ligeiramente acima de 1 ponto percentual, resultando do crescimento significativo das exportações, conjugado com uma evolução moderada das importações. A previsão para o corrente ano aponta uma recuperação gradual da procura interna e um abrandamento das exportações.

O consumo privado deverá ter desacelerado entre 2005 e 2006, registando um crescimento médio anual em linha com o PIB, e inferior ao observado na área do Euro, facto este contrário ao que tem vindo a acontecer nos anos mais recentes. A ligeira aceleração do consumo privado que se prevê ao longo de 2007 e de 2008 estará associada a condições progressivamente mais favoráveis no mercado de trabalho, em particular a uma estabilização da taxa de desemprego, e a uma aceleração do rendimento disponível real, marcada por um aumento dos salários reais, simultaneamente com uma redução do crescimento dos impostos directos pagos pelas famílias. Desta forma, espera-se verificar uma melhoria das expectativas dos consumidores já em 2007.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) terá registado mais uma diminuição em 2006. Para 2007 projecta-se uma recuperação do investimento, a qual deverá voltar a registar taxas de crescimento positivas, estendendo-se este perfil de recuperação para 2008.

Os preços, medidos pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverão ter registado um crescimento de cerca de 3% em 2006 (2,1% em 2005). Este aumento da inflação de cerca de 1 p. p. terá sido determinado não apenas pela aceleração significativa dos preços de

importação de bens não energéticos, como terá ainda reflectido a aceleração dos preços de alguns bens alimentares, o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Tabaco e os efeitos desfasados associados ao aumento da taxa normal do IVA introduzido em Julho de 2005. A actual projecção aponta para uma descida progressiva da inflação em 2007 e 2008, para 2,2% e 2,1%, respectivamente, decorrente da forte desaceleração dos preços dos bens energéticos e da dissipação do efeito relacionado com o aumento da taxa normal de IVA referido, num contexto de crescimento moderado dos preços de importação dos bens não energéticos e dos custos laborais.

A actual política económica, visando a obtenção de determinadas metas de recuperação orçamental, irá exigir uma forte disciplina no âmbito da despesa. Este esforço contribuirá para a melhoria a longo prazo da performance da economia portuguesa, o que, em conjunto com o reforço do capital humano e uma intensificação da concorrência no mercado nacional, tenderá a permitir alcançar aumentos de produtividade, melhorando a capacidade de Portugal se adaptar aos choques externos.

Mercado de crédito

Pela análise dos Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito realizada pelo Banco de Portugal, ao longo de 2006, podemos constatar uma estabilidade nos critérios seguidos para aprovação de empréstimos, quer da oferta, quer da procura de crédito.

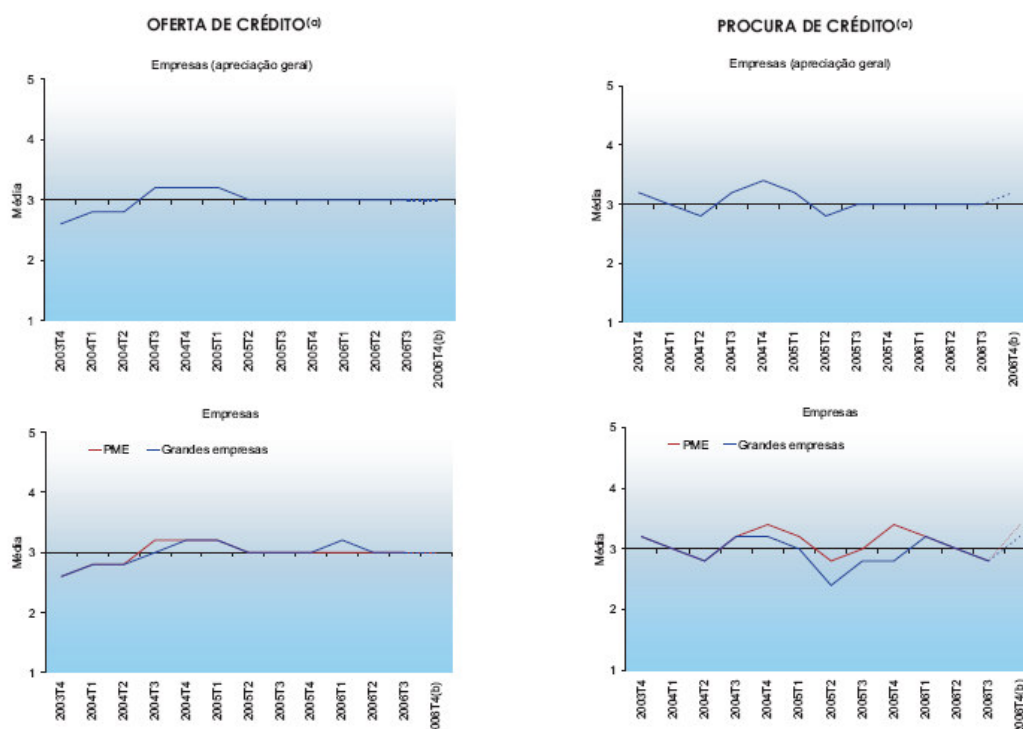
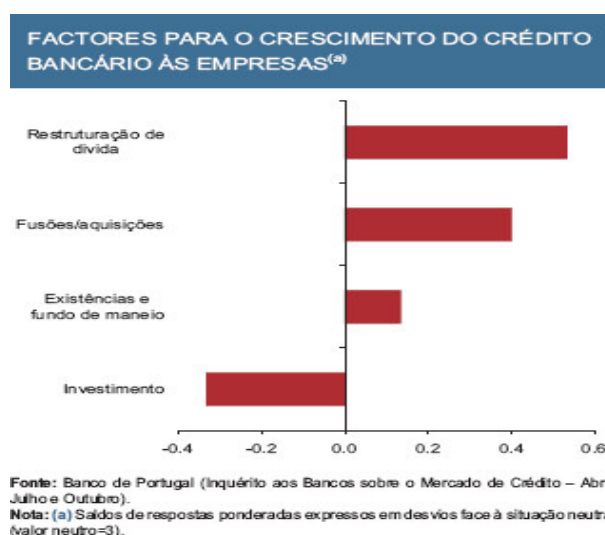


Figura 1 Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas in Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito (Banco de Portugal, Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Outubro/2006)

Neste último trimestre verifica-se uma melhoria de perspectiva na percepção de riscos quanto à actividade económica em geral sendo que a pressão exercida pela concorrência de outras instituições bancárias é o factor mais enfatizado.



Entre os factores de maior procura de crédito encontra-se a reestruturação empresarial e reestruturação de dívida por oposição ao financiamento de investimento menos procurado.

ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO

A evolução, durante o ano de 2006, registada ao nível da aplicação informática SIG (Sistema Integrado de Gestão) permitiu a melhoria da integração do processo de análise e decisão de operações numa base *workflow*, proporcionando um melhor acompanhamento e um apoio mais directo às empresas que recorrem aos serviços da Garval, aperfeiçoando e simultaneamente tornando mais eficiente a análise de crédito. Este factor, em conjugação com outros, permitiu uma redução do prazo de análise perante as operações solicitadas em comparação com o ano anterior, bem como um aumento da capacidade de resposta da Sociedade.

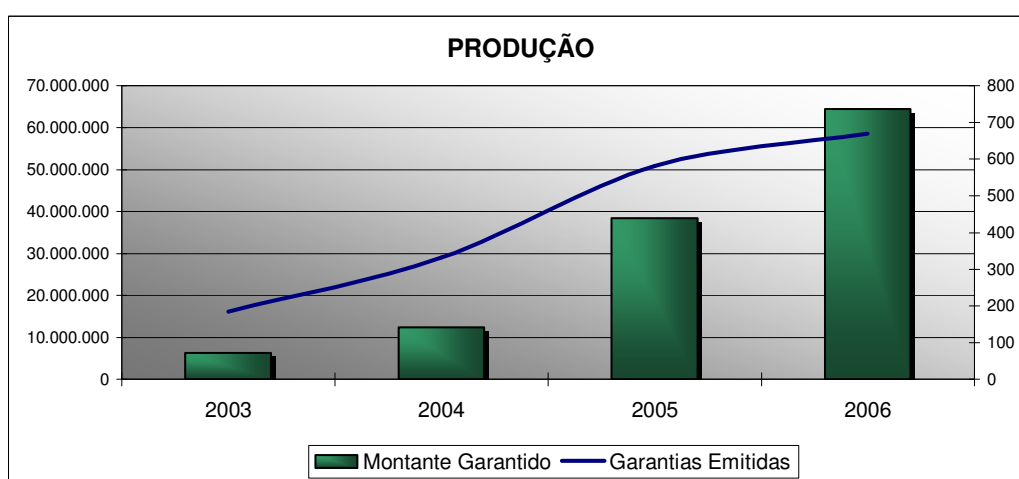
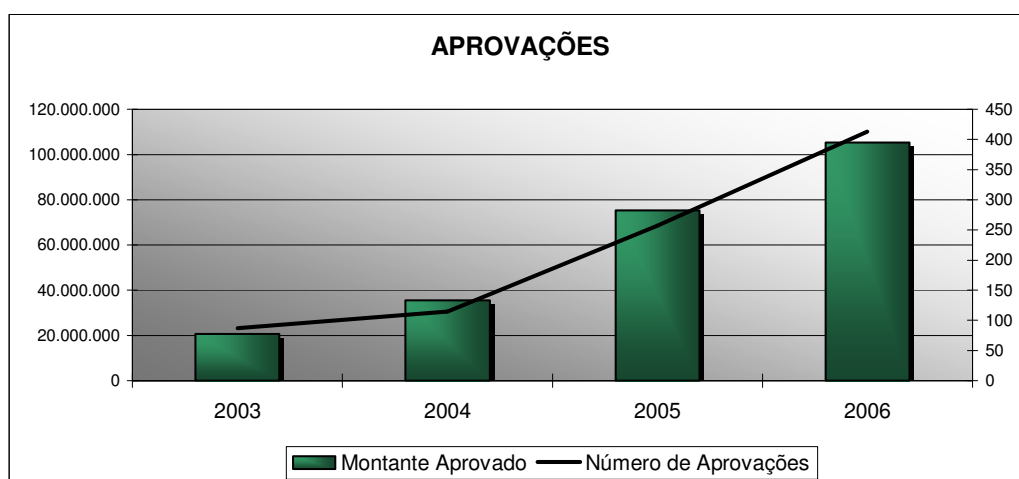
Genericamente, assistiu-se em 2006 a um bom nível de desempenho operacional da Garval: crescimento do volume de contratação, crescimento do número de garantias emitidas, crescimento da carteira de garantias vivas, elevada pulverização da carteira e crescimento do número de empresas apoiadas. Mas, pese embora que este desempenho venha a induzir no futuro um maior nível de proveitos, a concentração significativa do volume de contratação durante o terceiro trimestre do ano a par com a obrigatoriedade de constituição de Provisões para Riscos Gerais de Crédito continuou a influenciar as contas de exploração da Sociedade. Na realidade, a contratação de garantias no último trimestre provoca um impacto negativo nas contas do ano em curso dado que os proveitos gerados no exercício não compensam as provisões realizadas, repercutindo-se a geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

Por outro lado, o registo de sinistralidade e o acompanhamento da carteira de garantias vivas provocou um aumento significativo nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e Provisões Económicas, que influenciaram decisivamente os Resultados da Sociedade.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A actividade operacional da Garval continuou a crescer a um ritmo significativo, verificando-se um aumento quer ao nível das operações originadas nos bancos quer ao nível da capacidade de captação autónoma. Em 2006, a Garval prestou 670 garantias que ascenderam a um total de

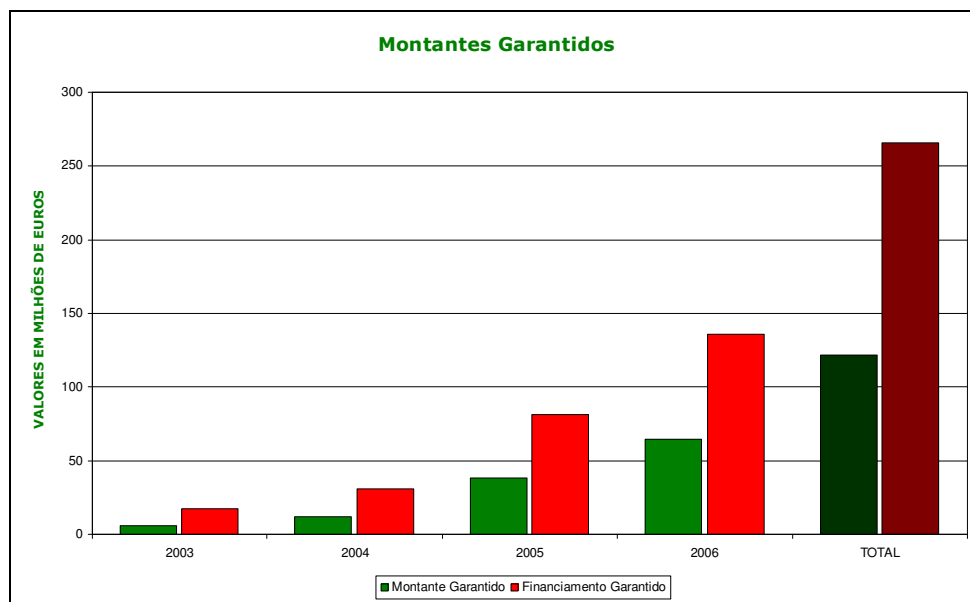
64,5 milhões de euros. Destas, 64 foram renovações de garantias já emitidas, que ascenderam a 9,1 milhões de euros. O valor médio de garantia foi de 96 226 euros, o que representou um crescimento de 45,4% face ao ano anterior. No mesmo período, foram aprovadas 413 garantias e *plafonds* de garantias, no montante de 105,6 milhões de euros.



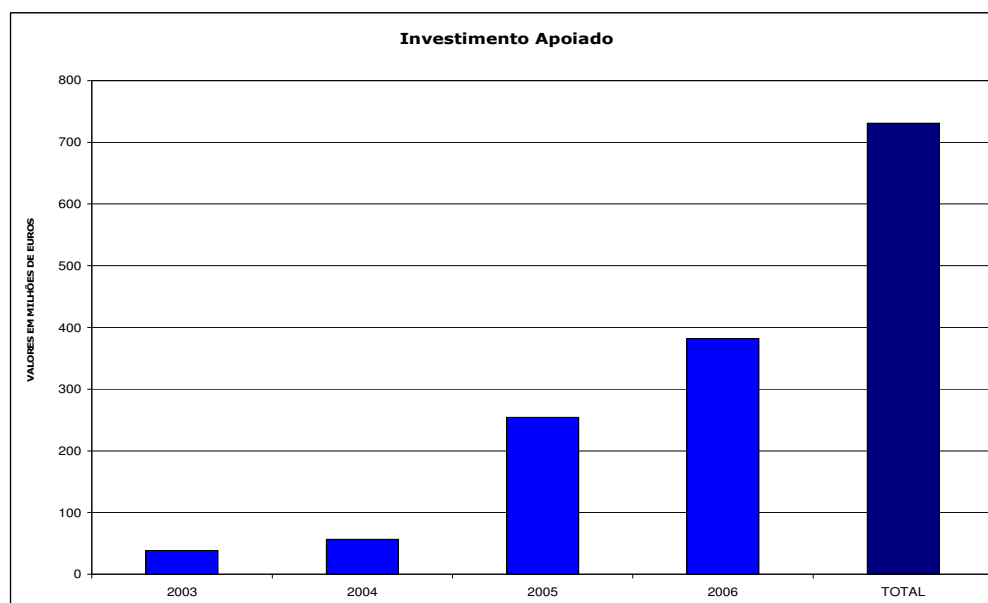
As garantias emitidas em 2006 permitiram o acesso a crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 140 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem 390 milhões de euros. No que respeita a garantias prestadas em operações de financiamento, a Garval manteve-se como uma interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores. Tal demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas beneficiando, cumulativamente, do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.

Por outro lado, regista-se o surgimento de novos Bancos como beneficiários de garantias prestadas pela Garval que não eram tradicionais financiadores através do nosso produto. Tal

representa, para além do reconhecimento da qualidade das garantias prestadas, o retorno do esforço desenvolvido numa maior divulgação da Garantia Mútua.

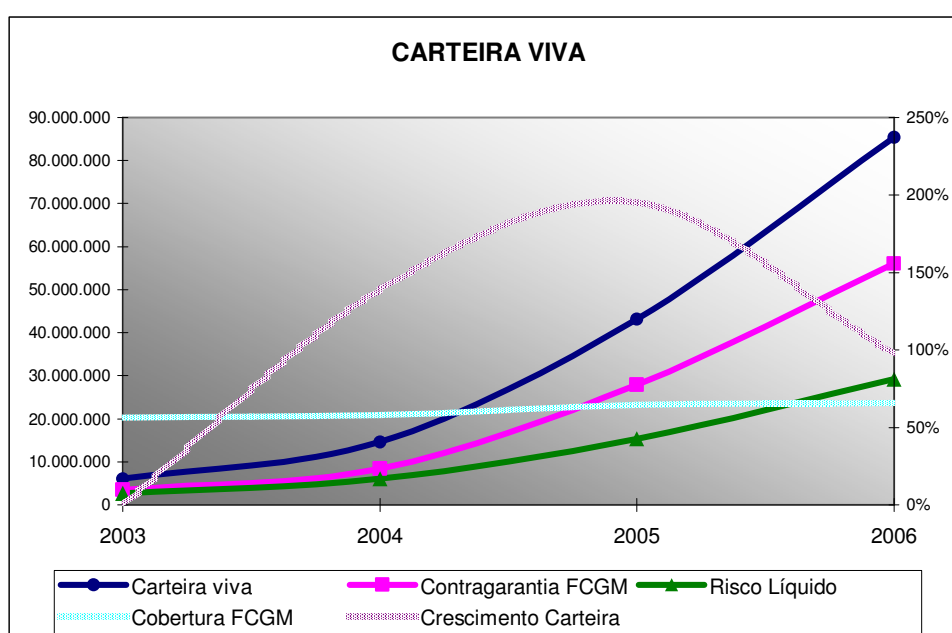


Acumuladamente, desde o início de actividade da Garval em 2003, as garantias emitidas ascenderam a 121,6 milhões de euros, o financiamento induzido a 266,8 milhões de euros e o investimento apoiado a 731,2 milhões de euros.



As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume um mínimo de 50% do

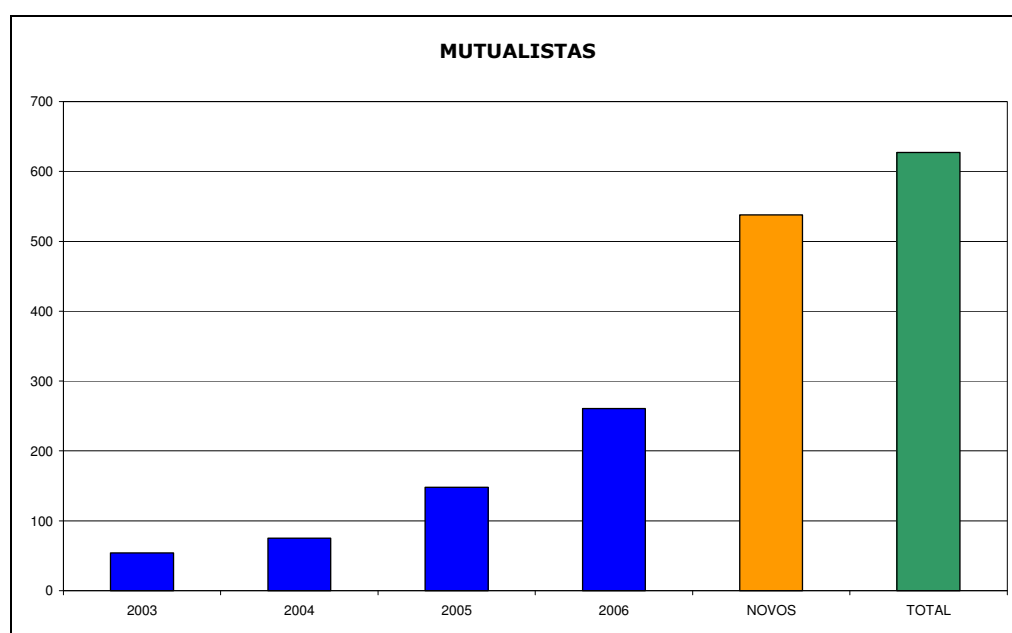
capital garantido. O crescimento da carteira viva da Sociedade tem vindo a ser conseguido através do fomento de garantias a financiamentos beneficiando de maiores taxas de cobertura por parte do FCGM. Encontram-se neste tipo intervenção as garantias emitidas ao abrigo da Gaveta FEI II, que resulta de um protocolo entre o Fundo Europeu de Investimento e o FCGM, permitindo em determinadas condições a elevação da percentagem de contragarantia para 75%, a Gaveta LVT destinada a apoiar investimentos realizados naquela Região e a Gaveta Finicia recentemente criada.



A carteira de garantias vivas ascendeu a € 85,4 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 97,5% face aos € 43,2 milhões, registados no final de 2005. A contragarantia da carteira cresceu a um ritmo mais que proporcional face ao aumento da carteira de garantias (101,2%) fruto da realização de operações com maior cobertura, ressegurando em final de 2006 65,74% da carteira viva, assumindo a Sociedade um risco líquido de 29 260 496 euros. Tal representa uma alavancagem de 4,88 sobre o Capital Social da Garval.

Em consequência do aumento do nível de actividade registado em 2006, mas também pelo maior reconhecimento da utilidade do produto garantia mútua por parte do tecido empresarial e da crescente notoriedade da Sociedade na sua área de intervenção, a Garval alargou a sua base mutualista duplicando o número de empresas beneficiárias captadas no decurso de contratação de

operações de garantia. No final do ano de 2006 a Garval possuía 627 PME no seu corpo accionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de acções por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Garval, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O resultado antes de impostos totalizou, no exercício de 2006, 384,5 mil euros negativos, representando uma diminuição de 266,2 mil euros face ao do ano anterior. O imposto sobre lucros estimado ascende a 80,9 mil euros, representando uma taxa de 5% do total de proveitos e de menos 21,03% do resultado antes de impostos. O elevado peso dos impostos sobre lucros no resultado antes de impostos, tanto mais que estes são negativos, é explicado pelo não reconhecimento, em termos fiscais, da quase totalidade das provisões constituídas no exercício (analogamente ao não reconhecimento fiscal dos proveitos por impostos diferidos, os quais teriam, porém, um efeito contrário).

RESULTADO	2006		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	1 632 752,83	100,0	668 199,09	100,0	964 553,74	144,4
Total de Custos	2 017 295,51	123,6	786 544,00	117,7	1 230 751,51	156,5
Resultado Antes de Impostos (1)	- 384 542,68	-23,6	- 118 344,91	-17,7	- 266 197,77	224,9
Impostos sobre Lucros	80 869,68	5,0	1 814,06	0,3	79 055,62	4 357,9
Resultado do Exercício	- 465 412,36	-28,5	- 120 158,97	-18,0	- 345 253,39	287,3

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; % do total de proveitos

(1) Inclui rendimentos por impostos diferidos

Em 2006, os proveitos totais da Garval ascenderam 1,6 milhões de euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 144,4%, consequência fundamental do forte crescimento das rubricas de rendimentos de serviços e comissões (568,6 mil euros) e de juros e rendimentos similares (60 mil euros). O reconhecimento de 323 mil euros de rendimentos por impostos diferidos contribuiu também para a evolução favorável constatável nos proveitos do exercício. Deve ser referido que as contas de 2005 apresentadas agora foram corrigidas em função das normas de contabilidade ajustadas adoptadas na elaboração das contas de 2006, o que se reflecte no valor do resultado apurado (nos termos explicitados nas notas às contas infra).

PROVEITOS	2006		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	192 512,82	11,8	132 513,73	19,8	59 999,09	45,3
Rendimentos de Serviços e Comissões	941 824,03	57,7	373 211,72	55,9	568 612,31	152,4
Reposições do Exercício	138 390,53	8,5	77 066,18	11,5	61 324,35	79,6
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	2 670,30	0,2	-	0,0	2 670,30	0,0
Outros Rendimentos de Exploração	34 022,41	2,1	25 813,30	3,9	8 209,11	31,8
Rendimentos por Impostos Diferidos	323 332,74	19,8	59 594,16	8,9	263 738,58	442,6
TOTAL	1 632 752,83	100,0	668 199,09	100,0	964 553,74	144,4

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

A variação da rubrica de rendimentos de serviços e comissões (sobretudo respeitante às comissões de garantia cobradas) decorre do aumento exponencial da carteira de garantias da Garval. Após quatro anos de existência desta Sociedade, estes números espelham a consolidação da carteira de responsabilidades da Garval

O acréscimo verificado em juros e rendimentos similares reflecte o efeito combinado de 2 factores: a subida das taxas de juros nominais registada a partir de meados do ano, assim como a

efectiva consolidação dos fluxos financeiros gerados pelas actividades operacionais da Empresa. De facto, os cash-flow operacionais gerados permitem já suportar a actividade corrente da empresa, incluindo assegurar a cobertura dos sinistros ocorridos (estes últimos, felizmente, ainda em número diminuto).

Da adaptação da Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 do *International Accounting Standards Committee* (actual IASB), resultou o reconhecimento, no exercício de 2006, de rendimentos por impostos diferidos no valor de cerca de 323 mil euros. Este valor resulta da relevação das diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo (quantia atribuída a esse item para fins fiscais) e a sua quantia contabilizada, estando inerente a esta contabilização a probabilidade de recuperação, em liquidações de impostos no futuro, dos valores suportados “em excesso” no exercício corrente. Assim, são reconhecidas nas contas da empresa, tal como acontece com qualquer outro facto contabilístico, as consequências fiscais anteriormente apuradas fora de balanço. O acréscimo registado na rubrica de outros rendimentos de exploração, de cerca de 31,8% relativamente ao exercício de 2005, está relacionado com o maior ritmo de actividade da Sociedade, levando à liquidação de maiores valores de comissões de análise, de montagem e de emissão de novas operações de garantia.

Quanto aos custos do exercício suportados, constata-se um crescimento de 219% do montante de provisões constituídas no ano transacto e de mais de 50 vezes no valor das correcções associadas aos créditos concedidos a clientes. Em conjunto, estas duas rubricas foram responsáveis por um aumento de custos, em 2006, de um pouco mais do que 1 milhão de euros. O aumento da actividade operacional da Garval, associada à actual conjuntura económica, e às próprias condições em que funciona o tecido empresarial português, justifica a evolução destas componentes dos custos do exercício, as quais, em 2006, representam cerca de 77,3% do total dos proveitos do exercício.

CUSTOS	2006		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	14 972,12	0,9	14 306,15	2,1	665,97	4,7
Encargos com Serviços e Comissões	33 581,39	2,1	13 611,63	2,0	19 969,76	146,7
Gastos Gerais Administrativos	255 077,58	15,6	206 240,72	30,9	48 836,86	23,7
Custos com Pessoal	373 703,35	22,9	246 774,71	36,9	126 928,64	51,4
Amortizações do Exercício	56 190,94	3,4	57 465,53	8,6	- 1 274,59	-2,2
Outros Encargos de Exploração (2)	20 985,45	1,3	4 211,85	0,6	16 773,60	398,2
Provisões do Exercício	747 527,24	45,8	234 322,57	35,1	513 204,67	219,0
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	515 257,44	31,6	9 610,84	1,4	505 646,60	5 261,2
Total de Custos antes de impostos	2 017 295,51	123,6	786 544,00	117,7	1 230 751,51	156,5

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

O impulso que a actividade operacional sofreu tornou inevitável o reforço da estrutura base da Sociedade, sendo este facto relevado nas variações ocorridas, tanto na rubrica de custos com pessoal (126,9 mil euros), como na rubrica de gastos gerais administrativos (48,8 mil euros). O ligeiro aumento em cerca de 16,7 mil euros da rubrica dos outros encargos de exploração é explicado pela ocorrência de gastos associados a quotizações e donativos e custos de exercício anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Activo Líquido da Garval ascendia a 6,8 milhões de euros, representando um acréscimo, relativamente ao exercício de 2005, de 3%. Apesar de residual, a variação ocorrida no activo da Sociedade regista, por um lado, o aumento do valor dos activos por impostos diferidos reconhecidos em 2006 e, por outro lado, o aumento da rubrica de devedores e outras aplicações, em consequência do acréscimo do volume de negócios da sociedade, do qual decorre, naturalmente, o maior nível de comissões de garantia facturadas, e também com atraso de cobrança, a clientes. Estes acréscimos são, em parte, contrariados pela diminuição do valor das aplicações em instituições de crédito, consequência da cobertura financeira dos sinistros ocorridos no final do ano de 2006.

Com um valor de capitais próprios de 5,2 milhões de euros, a autonomia financeira da Garval era, em 31 de Dezembro de 2006, de 76%.

A sociedade detém, à data de 31 de Dezembro de 2006, 82 000 acções próprias com valor nominal de um euro, deduzidas nos capitais próprios pelo montante de 82 000 euros. Neste exercício foram adquiridas, ao seu valor nominal, 82 000 acções. Estas acções foram adquiridas no âmbito de processos de recompra de acções a mutualistas.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Por acordo obtido junto do Sistema de Garantia Mútuo, a Garval viu alargado o seu âmbito de actuação geográfica, acompanhando a partir do exercício de 2007 o distrito de Coimbra. Prevê-se que deste facto possa resultar um maior crescimento da Sociedade uma vez que a base económica de sustentação da Garval aumenta em 30% no que respeita ao número de PME, 27% em Emprego e 24% no Volume de Negócios gerado pelo tecido económico. Com a entrada do distrito de Coimbra para a área de intervenção da Garval, a Sociedade passa a representar 15% do total nacional nas três rubricas referidas. Comparativamente com as suas congéneres Lisgarante e Norgarante, a Garval apresenta a estes níveis uma dimensão cerca de três vezes inferior.

Com a entrada em funcionamento da Agrogarante e atendendo à composição do tecido económico da região que acompanha, nomeadamente a vincada ligação ao sector Primário, a Garval procurará maximizar os efeitos da complementaridade que possam surgir da actuação coordenada das duas SGM.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se inseriu a abertura da Agência de Leiria e, em perspectiva, a abertura a prazo de novas agências na área de intervenção da Sociedade, nomeadamente em Castelo Branco, Portalegre, Coimbra e Ponta Delgada, estas em parceria com a Agrogarante.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2006, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria criado há mais de uma década com a SPGM.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante e Lisgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2006, no valor de 465 412,36 €:

- Para Resultados Transitados 465 412,36 €

Santarém, 13 de Fevereiro de 2007.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria LopesVieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores antes de provisões, imparidade amortizações	Ano 2006 Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano 2005 Valor líquido
	1	2	3=1-2	
ACTIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	1 330,33		1 330,33	1 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91 421,97		91 421,97	80 298,90
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	5 504 835,15		5 504 835,15	5 685 159,44
Crédito a clientes	532 277,31	522 197,98	10 079,33	4 190,03
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	811 913,49	150 094,07	661 819,42	696 285,84
Activos intangíveis	52 599,71	42 808,01	9 791,70	7 150,82
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				9 543,76
Activos por impostos diferidos	368 607,33		368 607,33	77 940,99
Outros activos	182 271,56		182 271,56	75 976,43
Total de Activo	7 545 256,85	715 100,06	6 830 156,79	6 637 796,21

	Ano 2006	Ano 2005
Passivos Eventuais	90 903 352,47	43 233 187,52
- Garantias e Avais	85 397 584,02	43 233 187,52
- Outros	5 505 768,45	
Compromissos	2 941 294,00	1 507 794,00

	Ano 2006	Ano 2005
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	846 173,76	237 037,05
Passivos por impostos correntes	78 817,68	
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	717 633,75	633 148,80
Total de Passivo	1 642 625,19	870 185,85
CAPITAL		
Capital	6 000 000,00	6 000 000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias	-82 000,00	
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-265 056,04	-112 230,67
Resultado do exercício	-465 412,36	-120 158,97
Dividendos antecipados		
Total de Capital	5 187 531,60	5 767 610,36
Total de Passivo + Capital	6 830 156,79	6 637 796,21

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Ano 2006	Ano 2005
Juros e rendimentos similares	192 512,82	132 513,73
Juros e encargos similares	-14 972,12	-14 306,15
Margem financeira	<u>177 540,70</u>	<u>118 207,58</u>
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	941 824,03	373 211,72
Encargos com serviços e comissões	-33 581,39	-13 611,63
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de reultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	13 036,96	21 601,45
Produto Bancário	<u>1 098 820,30</u>	<u>499 409,12</u>
Custos com pessoal	-373 703,35	-246 774,71
Gastos gerais administrativos	-255 077,58	-206 240,72
Amortizações do exercício	-56 190,94	-57 465,53
Provisões líquidas de reposições e anulações	-609 136,71	-157 256,39
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-512 587,14	-9 610,84
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultado antes de impostos	<u>-707 875,42</u>	<u>-177 939,07</u>
Impostos		
Correntes	-80 869,68	-1 814,06
Diferidos	323 332,74	59 594,16
Resultado após impostos	<u>-465 412,36</u>	<u>-120 158,97</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente
Luís Filipe Soares dos Santos
José Fernando Ramos de Figueiredo
João Artur Ferreira da Costa Rosa
Renato Fernando Ribeiro da Silva
Anabela Pereira Dolores Frazão
Isabel Maria Lopes Vieira Neto
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes
TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(VALORES EM EUROS)

INTRODUÇÃO

A actividade da Sociedade tem-se restringido à área de prestação de garantias, especialmente em formas intermediadas de financiamento, limitando a sua actuação às micro, pequenas e médias empresas, ou entidades representativas destas, com código de actividade económica dos sectores indústria, comércio, turismo, serviços (excepto educação e saúde) e construção.

As notas 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

O Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, determina que as sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado devem, no exercício financeiro com início em ou após 1 de Janeiro de 2005, elaborar as suas contas de acordo com as normas internacionais de contabilidade. No mesmo regulamento é estabelecido que as contas individuais e consolidadas das sociedades com valores mobiliários não admitidos à negociação em mercado regulamentado devem, preferencialmente, aproximar o seu enquadramento contabilístico às práticas contabilísticas internacionais.

Pela conjugação do mencionado Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, a elaboração das demonstrações financeiras da Garval, a partir de Janeiro de 2006, passou a ser feita de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA prevêem a elaboração das demonstrações financeiras individuais de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), com a ressalva de alguns pontos especialmente regulamentados pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito a valorimetria dos créditos a clientes, imparidade em activos financeiros e reconhecimento de ajustamentos em activos e responsabilidades.

De acordo com o mencionado nos parágrafos anteriores, e o estabelecido pelo Banco de Portugal, a Garval adoptou em 2006 o novo Plano de Contas para Sector Bancário, tal como publicado na Instrução n.º 23/2004, assim como o novo modelo de reporte de demonstrações financeiras, previsto na Instrução n.º 18/2005, quanto ao balanço e demonstração de resultados (al. a) do n.º 2 da referida Instrução). Foram, no entanto, mantidos os mapas anexos ao balanço e demonstração de resultados de acordo com o anexo à Instrução n.º 4/96, no que não seja contrário ao que decorre do disposto nas IFRS e respeitando sempre o princípio da materialidade.

Entre as alterações às contas da Garval, decorrentes da adaptação do normativo internacional anteriormente mencionado, podemos destacar o reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos, tanto na conversão dos saldos finais de 2005, como na sua actualização à data de Dezembro de 2006 e o modo de contabilizar os custos relativos a *software* e a campanhas de publicidade. Quanto ao *software*, anteriormente registado na rubrica de activos tangíveis, passou para a rubrica de activos intangíveis. Em relação ao custo associado às campanhas de publicidade, este é contabilizado na sua totalidade no ano em que aquelas ocorrem, deixando de poder ser diferido.

NOTA 1 – AJUSTAMENTOS AOS VALORES PUBLICADOS NO EXERCÍCIO ANTERIOR

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade dos exercícios, as contas de Dezembro de 2005, anteriormente aprovadas nos termos legais, foram alteradas, de modo a reflectirem as normas de contabilidade ajustadas (NCA), seguidas na preparação das contas do exercício transacto.

Daí decorreu que o tratamento dado até ao exercício de 2005 às despesas incorridas com as campanhas de publicidade levadas a cabo pela Sociedade foi rectificado. Nas contas de 2005, encontravam-se registadas em contas de balanço (activo) para diferimento despesas com o valor total de 3,2 mil euros. Nas contas de 2005 alteradas de acordo com as NCA, este valor foi adicionado à rubrica de gastos gerais administrativos, cujo valor passou, assim, de 203 mil euros para 206,2 mil euros, reflectindo uma redução do resultado antes de impostos de igual montante.

As contas de 2005 foram igualmente alteradas, no balanço, em função da determinação de impostos diferidos no montante de 77,9 mil euros, com um reflexo em termos de demonstração de resultados de 60 mil euros (rendimentos por impostos diferidos), e na conta de resultados transitados de 18 mil euros (registados na rubrica de diferenças resultantes da alteração critérios contabilísticos).

Alterações decorrentes aplicação das normas contabilidade ajustadas	
	2005
Resultado liquido PCSB	-176 532,73
Campanhas publicitárias	-3 220,40
Impostos diferidos	59 594,16
Resultado liquido - NCA	-120 158,97

NOTA 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizado – Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados como imobilizado e adquiridos desde a constituição da Sociedade estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões e correcção de valores associados a crédito a clientes

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos gerais de crédito. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;
- b. Em relação ao valor dos *plafonds* não totalmente utilizados, é aplicada uma taxa de 1% sobre o seu montante vivo;
- c. Uma provisão para garantias, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para garantias e compromissos assumidos;
- d. Correcções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
 - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos (constituída através de valores mensais constantes, entre a data de ocorrência da execução e o final do exercício, de modo a que, até ao final do exercício, o provisionamento seja integral, na parte que excede a percentagem prevista no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal);
 - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

IV. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. Os impostos

diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 10 – INVENTÁRIO DE TÍTULOS E DE IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor Médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço 2006-12-31
A. ACÇÕES PRÓPRIAS					
- Acções Próprias	82 000	1,00	1,00000000		82 000,00
TOTAL	82 000				82 000,00

As acções próprias em carteira foram adquiridas no âmbito dos acordos de recompra estabelecidos com as empresas mutualistas.

NOTA 11 - MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortização do exercício	Alienações (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido em 2006-12-31
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)					
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Outras	40 280,85	33 130,03	12 318,86			9 677,98			9 791,70
	40 280,85	33 130,03	12 318,86			9 677,98			9 791,70
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Obras em Imóveis arrendados	14 979,44	1 035,72	-			-			13 943,72
Equipamento	125 837,48	70 269,93	12 046,54		183,07	22 884,45			44 546,57
Locação Financeira - Imóveis	602 796,43	9 565,11	-			9 565,11			583 666,21
Locação Financeira - Equipamento	56 253,60	22 710,35			183,07	14 063,40			19 662,92
	799 866,95	103 581,11	12 046,54			46 512,96			661 819,42
Total	840 147,80	136 711,14	24 365,40			56 190,94		-	671 611,12

No exercício de 2006, a Garval procedeu à aquisição de activos tangíveis (equipamento informático e mobiliário de escritório) destinado essencialmente a fazer face ao aumento de estrutura da Sociedade.

Da aplicação das NCA, resultou a alteração do modo de contabilizar os custos relativos a *software*, anteriormente registado na rubrica de activos tangíveis, para a rubrica de activos intangíveis. Esta adaptação, cujo impacto líquido, ao nível das reintegrações acumuladas, ascendeu a 5,5 mil euros, encontra-se reflectida nos saldos finais do exercício de 2005.

NOTA 14 - CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CLIENTES

	Aplicações em Instituições de Crédito (1)		Crédito a clientes (2)	
	2006	2005	2006	2005
Prazos				
Até 3 meses		250 072,22	255 999,22	90,79
De 3 meses a 1 ano	5 504 835,15	5 435 087,22	254 370,70	8 009,73
De 1 a 5 anos			21 907,39	5 700,35
Mais de 5 anos				
Duração Indeterminada				
	<u>5 504 835,15</u>	<u>5 685 159,44</u>	<u>532 277,31</u>	<u>13 800,87</u>

(1) Releva os montantes das aplicações constituídas pela Garval em depósitos a prazo assim como o valor referente a juros vencidos

(2) Corresponde às dívidas de clientes resultantes da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo.

A variação da rubrica de crédito a clientes reflecte o aumento de sinistralidade ocorrida em 2006. Até ao exercício de 2005, a Garval encontrara-se praticamente imune a pedidos de execução de garantias.

NOTA 23 - COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos assumidos por garantias e avales prestados resultam, por um lado, da prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales), e, por outro lado, do reconhecimento do valor dos plafonds não totalmente utilizados (outros passivos eventuais). Os compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de ações.

	2006	2005
Passivos eventuais		
Garantias e Avales	85 397 584,02	43 233 187,52
Outros passivos eventuais	5 505 768,45	
Compromissos		
Revogáveis		
Irrevogáveis	2 941 294,00	1 507 794,00
	<u>93 844 646,47</u>	<u>44 740 981,52</u>

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avales, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo no montante de 56 137 088,00 euros. Consequentemente, o valor de risco líquido decorrente das garantias e avales prestados pela Sociedade ascende a 34 766 264,47 euros.

NOTA 24 - MOVIMENTO DAS PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2006:

Rubricas	Saldo 2005-12-31	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Saldo Final 2006-12-31
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes					
Crédito e Juros Vencidos	9 610,84	515 257,44		2 670,30	522 197,98
	9 610,84	515 257,44		2 670,30	522 197,98
Provisões					
Riscos Gerais de Crédito					
Aviso nº 3/95 B.P.	153 349,34	193 516,58		54 260,96	292 604,96
Plafonds		55 057,68			55 057,68
Outros	737,15	2 240,80		1 179,01	1 798,94
	154 086,49	250 815,06		55 439,97	349 461,58
Para garantias					
Provisões Económicas	82 950,56	496 712,18		82 950,56	496 712,18
	82 950,56	496 712,18	-	82 950,56	496 712,18
	237 037,05	747 527,24	-	138 390,53	846 173,76
	246 647,89	1 262 784,68	-	141 060,83	1 368 371,74

O valor das provisões económicas constituídas durante o exercício de 2006 foi de 496,7 mil euros, verba decorrente da consideração de diversos critérios de apreciação do risco inerente à carteira de garantias vivas da sociedade, nomeadamente à previsibilidade de ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro 2006.

NOTA 31 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

As contas de Outros Activos e Outros Passivos englobam os seguintes saldos:

	Outros Activos		Outros Passivos	
	31-12-2006	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2005
Outros Activos				
Devedores e outras aplicações	180 008,72	74 616,38		
	<u>180 008,72</u>	<u>74 616,38</u>		
Outros Passivos				
Credores diversos			29 774,35	27 567
Fornecedores de Imobilizado			394 371,63	445 938,94
Outras exigibilidades			27 542,21	16 494,98
			<u>451 688,19</u>	<u>490 001,05</u>
Contas de regularização				
Despesas com encargo diferido	2 226,08	754,81		
Outras contas de regularização	36,76	605,24		
	<u>2 262,84</u>	<u>1 360,05</u>		
	<u>182 271,56</u>	<u>75 976,43</u>		
			<u>717 633,75</u>	<u>633 148,80</u>

A rubrica de devedores e outras aplicações, registou um aumento que espelha o acréscimo do volume de negócios da sociedade, do qual decorre, naturalmente, o maior nível de comissões de garantia cobradas a clientes.

O passivo financeiro da sociedade limita-se às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias, e equipamentos de transporte. O passivo financeiro da empresa representa 6% do valor do activo líquido total da sociedade.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto de selo e segurança social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA do 4º trimestre de 2006.

As contas de regularizações são constituídas essencialmente pelas receitas com proveito diferido – cerca de 207 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias) – e pelos encargos salariais a pagar (constituídos na sua quase totalidade pela estimativa de férias e subsídio de férias).

NOTA 34 – VOLUME DE EMPREGO

Administração	9
Quadros directivos e técnicos	13
Secretariado e administrativos	1

NOTA 35 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	2006	2005
Conselho de Administração	14 492,50	13 237,50
Conselho Fiscal	7 604,84	6 444,02
Assembleia Geral	902,50	550,00
Comissão Executiva	29 932,50	22 150,00
	<u>52 932,34</u>	<u>42 381,52</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2006	2005
Outros resultados de exploração:		
Custos		
Quotizações e donativos	6 042,00	-
Impostos	3 981,63	1 617,04
Outros	10 961,82	2 594,81
	<u>20 985,45</u>	<u>4 211,85</u>
Proveitos		
Prestação de serviços	32 620,00	19 985,00
Reembolso de despesas	-	-
Outros	1 402,41	5 828,30
	<u>34 022,41</u>	<u>25 813,30</u>
	<u>13 036,96</u>	<u>21 601,45</u>

No exercício de 2006, o aumento verificado ao nível dos custos de exploração ficou a dever-se às quotizações pagas e aos outros encargos associadas a correcções de custos de exercício anteriores.

Ao nível dos proveitos importa salientar o aumento de cerca de 12,6 mil euros, provenientes das comissões de análise, montagem e emissão de garantias por parte da sociedade.

NOTA 41 – CARGA FISCAL

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2006	2005	2004
Reporte fiscal			
Estimativa de impostos	80 869,68	1 814,06	1 585,60
Imposto pago		1 814,06	1 585,60

NOTA 45 - OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

	Valor Bruto	Reintegrações	Valor Líquido 31-12-06
Imobilizado regime locação financeira	659 233,10	55 903,97	603 329,13
	659 233,10	55 903,97	603 329,13

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

O Técnico oficial de Contas

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC n.º 8125

ANEXO

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2006, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Garval:

▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI	1 381 100 acções
▪ Instituto de Turismo de Portugal	420 000 acções
▪ NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	177 700 acções
▪ NERPOR – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre	175 000 acções

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2006, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI	23.02%
---	--------

IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao exercício findo em 2006 Dezembro 31.

Ao longo deste exercício, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efectuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Nestes termos, somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício findo em 2006 Dezembro 31.

- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 2007 Fevereiro 28

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

I. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2006 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 6 830 157 e um total de capital próprio de € 5 187 532, incluindo um resultado líquido negativo de € 465 412), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2006 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.
8. É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, queremos chamar a atenção para o seguinte aspecto:

A Empresa, tal como refere no ponto 1 das “Notas explicativas às demonstrações financeiras”, e com o objectivo de assegurar a comparabilidade dos exercícios, apresenta as contas de Dezembro de 2005, anteriormente aprovadas nos termos legais, alteradas de modo a reflectirem, conforme estabelecido no Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) seguidas na preparação das contas do exercício de 2006.

Porto, 2007 Fevereiro 28

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)